



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

1

EDITAL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

EDITAL DE LICITAÇÃO
Processos nº 0013/2016 – PMC/SEMTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS

O Município de Curuá, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, inscrito no CNPJ: 18.303.582/0001-40, CEP: 68.210-000, com sede à Rua 03 de dezembro, nº 307 – Santa Terezinha, Curuá – Pará, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, constituída pela Portaria nº 037/2015-PMC/SEMAPF, de 28 de Outubro de 2015, torna público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO em sua forma PRESENCIAL, do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão Lei Federal nº 10.520/2002, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555 de 09/08/2000 e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/06, com as devidas alterações e demais normas pertinentes, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente certame **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ARMARINHO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2 – CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE:

1. Anexo I: Especificações – Termo de Referência
2. Anexo II: Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
3. Anexo III: Modelo de declaração de fato impeditivo
4. Anexo IV: Modelo de declaração de cumprimento ao inciso XXXIII ao art. 7º da Constituição Federal
5. Anexo V: Modelo de declaração da ME e EPP
6. Anexo VI: Modelo de declaração que não possui vínculo com Servidor Público
7. Anexo VII: Modelo de declaração que tomou conhecimento de todas as condições estabelecidas neste edital
8. Anexo VIII: Modelo de Carta de Credenciamento
9. Anexo IX: Minuta do Contrato
10. Anexo X: Modelo de proposta comercial
11. Anexo XI: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica
12. Anexo XII: Declaração de Qualidade e Responsabilidade do Produto Ofertado
13. Anexo XIII: Declaração de Elaboração Independente de Proposta.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

3 - LOCAL, DATA E HORÁRIO

3.1 – A abertura do certame ocorrerá no dia 15/03/2016 às 11:00h, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Curuá – PA, sito à Rua 03 de dezembro, nº 307 – Santa Terezinha, CEP: 68.210-000 – Curuá – Pará. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço supracitado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

3.2 – Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 – O Edital com seus elementos constitutivos poderá ser retirado, após o pagamento da taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), referentes ao valor do custo efetivo da reprodução gráfica da documentação fornecida, no Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Curuá, localizada na Rua 03 de dezembro, nº 307 – Santa Terezinha – CEP: 68.210-000 – Curuá – Pará.

4.2. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital serão dirimidas, por escrito, pelo Pregoeiro, mediante requerimento dos interessados apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, através do e-mail cplcurua@hotmail.com, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da seção pública;

4.3. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, devendo as petições deverão ser protocoladas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Curuá, em correspondência dirigida ao Setor de Licitação, na Rua 03 de dezembro, nº 307 – Santa Terezinha, CEP: 68.210-000.

4.4 - Caberá à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no art. 12, § 1º do Decreto nº 3.555/00;

4.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

5- DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.2 – A participação na licitação importa em total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3 – Cada licitante apresentar-se-à com um representante legal que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

5.4 – É conveniente a presença do licitante ou seu representante legal até o final da sessão pública do Pregão.

5.5 – Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma empresa.

5.6 – Empresas devem desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão, devidamente comprovada através do contrato ou estatuto social.

5.7 – NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE

- a) Pessoa Física;
- b) Empresa declara inidônea por órgão ou entidade pública municipal direta ou indireta ou que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que estejam suspensas da participação em licitações, que se encontrem sob processo de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação ou que estema com outras atuando em regime de consórcio;
- c) Empresas que realizem subcontratação;
- d) Empresas cuja atividade empresarial não corresponda ao objeto desta licitação;
- e) Empresas que não apresentarem a Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de Habilitação ou quaisquer das declarações previstas nos anexos deste edital.
- f) Empresas Estrangeiras que não tenham autorização para funcionar no País.

6- DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1 – O credenciamento se dará com a entrega dos seguintes documentos fora dos envelopes e, somente estes poderão apresentar-se fora dos mesmos:

- a) Em sendo procurador ou representante, deverá apresentar o Instrumento Público ou Particular de procuração, com firma reconhecida, especificamente para este pregão, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase da licitação, em nome da empresa, onde comprove que o interessado ou o seu



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame, devendo para tanto, juntar fotocópia de sua cédula de identidade ou documento equivalente com fotografia, e exibir o original para conferência no caso de não estar autenticada por cartório, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto.

- b) Apresentar também fotocópia autenticada em cartório, da cédula de identidade, ou documento equivalente com fotografia do sócio ou proprietário que tiver assinado a procuração em nome da Outorgante.
- c) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social e a sua última alteração, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópia da cédula de identidade do mesmo ou documento equivalente com fotografia, e exibir o original para conferência no caso de não estar autenticada por cartório.
- d) Declaração exigida pelo Art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520/02, com firma reconhecida, na sua parte exterior (conforme Anexo II).
- e) Carta de Credenciamento, com firma reconhecida, na sua parte exterior (conforme Anexo VIII).
- f) Do envelope, fechado e lacrado, contendo a proposta de preços;
- g) Do envelope, fechado e lacrado, contendo documentação de habilitação;
- h) Os envelopes de propostas e habilitação encaminhados à Entidade de Licitação após a data e horário fixado no presente Edital, serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos remetentes.
- i) Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento apresentar balanço patrimonial, ou comprovação de optante pelo Simples Nacional, para aferir o enquadramento em “ME” ou “EPP”, conforme for o caso.
- j) Declaração de ME e/ou EPP, com firma reconhecida, na sua parte exterior, devidamente assinada pelo representante e pelo contador da empresa. (conforme Anexo V).
- k) Declaração de Me e/ou EPP emitida pela junta comercial.

7- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 - A Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados no edital, em envelopes separados, lacrados e rubricados no fecho, assim identificados:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº 002/2016-PMC/SEMTRAS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SEMTRAS
PREGÃO Nº 002/2016-PMC/SEMTRAS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº

6

7.2 – A proposta de preços deverá ser apresentada em 02 (duas) vias impressa em papel timbrado da licitante, fonte times new roman, tamanho mínimo da fonte 12, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, indicando dia e hora do certame, assinada e rubricada em todas as páginas e antes da abertura da sessão, com firma reconhecida, pelo sócio, ou proprietário, ou representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Número do pregão, data e horário de abertura;
- b) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;
- c) Prazo de validade, não inferior a 60(sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura;
- d) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as marcas, unidades, e características de todos os itens que, de forma inequívoca os identifiquem os materiais cotados;
- e) Preço unitário e total de cada item e da proposta global, de acordo com os lances ofertados, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02(duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do presente Edital;
- f) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

7.3 – A pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição de preços propostos.

7.4 – A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecida neste Edital e seus anexos.

7.5 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

7.6 – A pregoeira verificará as propostas de preços enviados, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aqueles que estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas, capazes de dificultar seu julgamento, e ainda, a proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será pública e dirigida pela Pregoeira, na data, horário, local e nos termos determinados neste Edital.

8.2 - Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, devendo estes serem entregues lacrados da seguinte forma:

- a) O Envelope nº 01 (**Proposta de Preços**) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame e dando ciências de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o Art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520, por meio de declaração (anexo II); Declaração de Qualidade e Responsabilidade do Produto Ofertado; Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- b) O Envelope nº 02 (**Documento de Habilitação**);

8.3 – Serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, cujos preços serão lidos, conferidos e rubricados pela pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 O julgamento da proposta será efetuado pelo critério **menor preço por item**, obtido por meio da somatória dos valores praticados conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

9.2 – Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor preço do objeto, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço, até o número de três, conforme disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei 10.520/02.

9.3 - Caso não seja verificado, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do artigo 4º, da Lei 10.520/02.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

9.4 - Às licitantes classificadas será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da PROPOSTA classificada de maior preço dos itens.

9.5 – O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

9.6 – É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

9.7 – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na **Lei Complementar 123, de 14/12/2006**.

9.8 – A identificação do PROPONENTE como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá ser feita na forma do subitem 6.1.i;6.1.j e 6.1.k, deste edital;

9.9 - Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço;

9.10 – Para efeito do disposto no subitem 10.9 deste edital, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.9 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.9 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do item 10.9 deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

9.12 - O disposto nos itens 10.9 e 10.10 somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

9.13 – A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação as propostas. Executando-se as empresas beneficiadas pela Lei 123/2006.

9.14 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para o objeto/serviço licitado.

9.15 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.16 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarada pela Pregoeira preliminarmente a proponente vencedora.

9.17 – Se a proposta classificada em primeiro lugar não seja aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.18 – Nas situações previstas nos subitens acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

9.19 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.20 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

9.21 – Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

9.22 – A Pregoeira manterá em seu poder os documentos das demais licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

9.23 – As empresas declaradas vencedoras na sessão ficam intimadas a entregar, no primeiro dia útil subsequente à sessão de abertura, as novas propostas financeiras com os valores dos respectivos itens adjudicados no Pregão.

9.24 – Será publicado na imprensa oficial o resultado desta licitação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

10- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO SERÁ ANALISADA ASSIM QUE CADA PARTICIPANTE OBTIVER ÊXITO NO PRIMEIRO ITEM.

10.1 – Os proponentes deverão apresentar no envelope nº 02 – “documentos de habilitação”, que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

10.2 – Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Alvará de funcionamento;

10.2.1 – RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA;

- a. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- e. **DAS MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**
- f. Declaração de Microempresa (Me) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP) de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que essa empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42º ao 49º da referida Lei, assinada por Sócio, Dirigente, Proprietário ou Procurador da licitante, com o número da cédula de identidade do declarante.
- g. Comprovação de enquadramento de ME ou EPP emitido pela Junta Comercial do Estado da sede do licitante.

10.2.1.1 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, [hrpp://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/simples/simples.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/simples/simples.htm), com endereço eletrônico no rodapé ou cabeçalho da página contendo a data da verificação da informação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

- b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, com assinatura reconhecida em cartório, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos na LC 123/2006 e suas alterações posteriores.
- b) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- c) Cópia do Contrato Social e suas alterações.
- d) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, com assinatura reconhecida em cartório, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

10.2.2 – RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF), vigente na data de abertura desta licitação;
- b. Certidão Negativa de Débito (CND), junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), vigente na data de abertura desta licitação;
- c. Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal vigente na data da abertura desta licitação;
- d. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, comprovando sua regularidade com as referidas Fazendas, com domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados ou da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação, vigente na data de abertura desta licitação;
- a. Preferencialmente a Certidão Estadual Tributária e não Tributária deverão vir acompanhadas de suas autenticidades emitidas um dia anterior a licitação pelo site da SEFA a fim de agilizar o andamento, caso contrário a Pregoeira suspenderá o certame até que se verifiquem as devidas autenticidades.
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo TST e TRT 8ª região.

f. DAS MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

- g. Em cumprimento aos Artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será observado:**
- h. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

- i. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame e adjudicado o objeto a seu favor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- j. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12

10.2.3 – RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço deverá vir acompanhado do CRP (Certidão de Regularidade Profissional) do contador emitido pela internet na sua devida validade de acordo com a data de apresentação do balanço à junta comercial.

b.1) Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de matérias, não será exigida da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

10.2.4 – As licitantes deverão apresentar ainda:

10.2.5 – Todas as Declarações conforme modelos anexos, devidamente assinados, com firma reconhecida em cartório.

10.2.6 – Atestado ou Declaração de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado pelo responsável, com firma reconhecida em cartório, exceto se emitida por órgão ou servidor da própria PMC, comprovando que a empresa licitante forneceu objeto compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.

10.2.6.1 – Caso seja necessário, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da(s) nota(s) fiscal(is) ou do Contrato correspondente ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica de que trata o subitem 11.2.6.

10.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

10.4 – As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

10.4.1 – Comprovação, pelos meios usuais, no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico/fiscal.

10.4.2 – Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a licitante tem a capacidade financeira necessária para executar o Contrato.

10.4.3 – A entidade de licitação reserva-se o direito de solicitar cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

10.5 – Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias, data de sua emissão.

10.6 – A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

10.7 – Os documentos emitidos pela internet somente terão validade se possuem endereço eletrônico com a data, de emissão, verificação da informação e de validade.

10.8 – Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

10.9 – Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 15 (quinze) dias à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

11 - DOS RECURSOS

11.1 – Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos Autos.

11.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará em decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

11.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. Já o não acolhimento ensejará, de ofício, no duplo grau de revisão pela autoridade máxima.

11.4 - A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo de ata.

11.5 – Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – Os recursos destinados para custear as despesas resultantes da execução deste procedimento licitatório serão atendidos através da seguinte dotação orçamentária:

08.122.0003.2.012 – Manutenção das atividades da SEMTRAS

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.122.0003.2.017 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.241.0003.2.019 – Ação de Proteção ao Idoso

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.242.0003.2.020 – Ação de Proteção ao deficiente

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.243.0003.2.022 – Ação de proteção a criança

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.243.0003.2.023 – Ação de proteção a criança e adolescente

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.243.0003.2.024 – Programa de Ação Integrada de Inclusão

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.244.0003.2.026 – Programa de Atenção Integral a Família -PAIF

08.244.0003.2.027 – Projovem adolescente

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.244.0003.2.028 – Centro de referência de assistência social - CRAS

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.244.0003.2.029 – Programa de atenção a grávidas

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira sempre que não houver recurso.

13.2 – A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pela pregoeira.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

13.3 – Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

13.4 – Quando a proposta do licitante vencedor não atender o quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

15

14 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - Homologada a licitação, será formalizado contrato administrativo, documento vinculativo obrigacional, com o fornecedor primeiro classificado para os itens e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer os objetos pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

14.2 - A PMC convocará formalmente o fornecedor, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, para assinatura do Contrato Administrativo, informando o local, data e hora.

14.3 - O prazo previsto no item **14.2** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PMC.

14.4 - Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em)-se a assinar o Contrato Administrativo, sem justificativa por escrito, o (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. ° 8.666/93 examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, declarar o respectivo licitante vencedor, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura do Contrato Administrativo.

15- DO FORNECIMENTO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - São obrigações da contratada:

15.1.1 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.2. - Entregar o objeto em conformidade com a especificação/descrição e nas quantidades definidas pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, a cada solicitação.

15.1.3 - Corrigir desconformidades do objeto, se assim solicitado pela SEMTRAS, de forma a adequá-los às exigências dispostas neste instrumento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

16

15.1.4 - Efetuar a entrega dos objetos e emitir Notas Fiscais em nome da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, de acordo com o prazo, as quantidades, especificação/descrição do objeto efetivamente fornecido, apresentando-o (s) à SEMTRAS, bem como discriminar na mesma o local de entrega, o número deste Instrumento, da Carta de solicitação e/ou Nota de Empenho, de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

15.1.5 - Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar PMC ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução da ata de registro de preços, independentemente, de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.2 - As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

16.3 - A garantia contra defeitos de fabricação, fato do produto, defeito do serviço, validade mínima, condições de consumo e/ou uso, conforme o caso, será o estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme legislação vigente, bem como daquelas previstas nesta Edital.

15.4 - Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a contratada deverá substituir ou complementar o objeto em questão, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, após a vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos deste edital.

15.5 - São de inteira responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA todas as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do objeto do presente Pregão.

15.6 - **A entrega do objeto será efetuada conforme especificado no Termo de Referência.**

15.7 - A SEMTRAS será rigorosa na conferência do objeto entregue, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade dos mesmos.

15.8 - A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer defeito de fabricação, defeito do serviço, fato do produto e vício de utilização, conforme o caso, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, e/ou garantia a ser considerada será aquela do fabricante ou representante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

16. DA FISCALIZAÇÃO E DA ENTREGA DO OBJETO

16.1 - Compete a PMC, através do servidor a ser escolhido, pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social - SEMTRAS, proceder com o acompanhamento, controle e fiscalização da entregado objeto, para o que fará designação específica, na forma da Lei 8.666/93.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

17 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, reajustes na forma de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro da vigência do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato e dos valores ofertados, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo a ser celebrado entre as partes, observando-se o disposto nos §§ 1º, 2º e seguintes do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou nos demais casos previstos na LGL.

18 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

18.1 - Durante a vigência do Contrato Administrativo, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o certame e iniciar outro processo licitatório.

19 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DO PROPONENTE

19.1 - O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

19.1.1 - Descumprir as condições do contrato;

19.1.2 - Não retirar a respectiva Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Curuá, sem justificativa aceitável;

19.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

19.1.4 - Tiver presentes razões de interesse público e nos demais casos previstos em lei;

19.2 - O cancelamento de contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Curuá;

19.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do objeto deste edital, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

19.4 - O cancelamento será a pedido, quando a empresa fornecedora comprovar:

- a) A impossibilidade de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

- b) Que o seu preço se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo dos materiais.
- c) A ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

19.5 - Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Curuá, quando:

- a) A empresa fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.
- b) A empresa fornecedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes do contrato administrativo.
- c) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dele decorrentes.
- d) Não for assinada, pela empresa destinatária, a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido;
- e) A fornecedora incorrer nas condutas que ensejem rescisão administrativa, conforme previsão dos incisos de I a XII e XVII do art. 78, da Lei n° 8.666/93 e nos demais casos previstos em lei.
- f) Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a empresa fornecedora se recusar a reduzi-lo;
- g) Nos casos em que de comprovado Interesse Público, devidamente motivado pela autoridade competente.

19.6 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Prefeitura Municipal de Curuá fará o devido apostilamento no Contrato Administrativo e informará aos Proponentes a nova ordem de classificação ou execução, caso não opte pelo cancelamento total do Contrato quando frustradas as negociações com o licitante registrado remanescente.

20- DO EMPENHO

20.1 - O fornecedor do objeto licitado incluídos no Contrato Administrativo está obrigado a retirar a Nota de Empenho após o recebimento da convocação pelo órgão, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e no próprio contrato.

20.2 - A retirada de que trata o subitem anterior deverá ser atendida no prazo máximo de **01(um) dia útil** contado do recebimento da convocação, prorrogáveis uma única vez, a critério da Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

20.3 - É facultado à Administração, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato de retirar a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

20.4 - A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

20.5 - A Prefeitura Municipal de Curuá poderá considerar extintas as Notas de Empenho, de pleno direito, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, sejam obrigadas a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, à licitante adjudicatária:

20.5.1 - Deixar de executar o fornecimento empenhado, nos prazos estipulados, ou infringir qualquer disposição contratada;

20.5.2 - Tiver decretado sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

20.5.3 - Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;

20.5.4 - Atrasar, injustificadamente, o início do fornecimento;

20.5.5 - Cometer faltas durante a execução do fornecimento;

20.5.6 - Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Nota de Empenho.

20.6 - Na inexecução do empenho, por culpa da licitante adjudicatária, a Prefeitura Municipal de Curuá aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao total que foi empenhado, calculado na data do respectivo pagamento, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

20.7 - A Nota de Empenho em favor da adjudicatária será emitida após consulta ao CADIN, conforme estabelece o art. 6º da Lei n.º 10.522/02.

21 - DO PAGAMENTO

21.1 - O pagamento será feito em até **30 (trinta)** dias corridos, após efetiva entrega do objeto, mediante apresentação da Nota de Empenho original, requisições, comprovante de entrega ou execução do serviço, conforme o caso e Nota Fiscal devidamente datada e atestada pelo setor competente.

21.2 - As despesas de frete/embalagem, ser houver, em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

21.3 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal / Fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Curuá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

21.4 - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

apresentar a devida comprovação de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º: 123, de 14 de dezembro de 2006.

21.5 - Para a licitante estrangeira que indicou na proposta de preços o recebimento do pagamento em moeda estrangeira, será utilizada a cotação do último dia útil anterior ao dia do pagamento.

21.6 - A Prefeitura Municipal de Curuá poderá exigir da empresa vencedora desta licitação, a qualquer tempo, a apresentação de comprovantes originais referentes à efetiva quitação de qualquer encargo ou compromisso para com terceiros, exigidos por força da execução dos fornecimentos contratados. A não apresentação desses comprovantes poderá ensejar a suspensão dos pagamentos devidos pela PMC, a seu critério, até a regularização do assunto.

21.7 - A Prefeitura Municipal de Curuá procederá à retenção de impostos nas hipóteses previstas em lei.

22- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Curuá poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes vencedoras as seguintes sanções:

22.1.1 - Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante recibo do representante legal da empresa, estabelecendo o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante análise da Administração;

22.1.2 - Multa de 1% (um por cento) até no máximo de 10% (dez por cento) sobre o total do objeto não adimplido, no caso de inexecução total ou parcial, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Curuá.

22.2 - Ficará impedida de licitar e de empenhar com a Administração Pública municipal, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

22.2.1 - Recusar a Nota de Empenho da Despesa;

22.2.2 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

22.2.3 - Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

22.2.4 - Não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado;

22.2.5 - Comportar-se de modo inidôneo;

22.2.6 - Cometer fraude fiscal;

22.2.5 – Nos demais casos previstos em lei ou neste edital.

22.3 - As sanções previstas nos subitens 23.1.1 e 23.1.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem **23.2**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 05(cinco) dias úteis.

22.4 - O atraso injustificado na execução, conforme estipulado no Edital, por período superior a **30 (trinta) dias**, poderá ensejar a rescisão contratual, com a aplicação das sanções pertinentes à contratada.

22.5 - As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da empresa ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, casos não cumpridos, serão cobrados judicialmente.

23 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

23.1 - A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 - A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

23.3 - Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital.

23.4 - No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos da Lei 8.666/93.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

24.1.1 - O objeto deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa no recebimento pelo órgão ou entidade.

24.2 - Caso a Licitante se recuse em aceitar ou retirara Nota de Empenho ou tiverem seus objetos reprovados na análise técnica poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

25- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

25.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Curuá não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

25.4 - Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

25.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

25.7 - Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com observância das devidas disposições legislativas.

25.8 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

25.9 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente nesta PMC.

25.9.1 - Se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou, **se este for encerrado antes da hora normal**, nesta Secretaria, os prazos de que trata o subitem **25.9** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

25.10 - O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Curuá é de 08h00min as 13h00min de segunda à sexta.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

- 25.11** - É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto desta licitação.
- 25.12** - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá o disposto no instrumento convocatório.
- 25.13** - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser realizado pessoalmente a Pregoeira no mesmo endereço de retirada do Edital.
- 25.14** - Para maiores informações, dirigir se a sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Curuá, de 09h00min as 12h00min de segunda à sexta.
- 25.15** - Todas as menções a horários feitas neste edital têm como referência o horário local.
- 25.16** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao empenho.
- 25.17** - As questões decorrentes da execução da Nota de Empenho, que não forem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Justiça Comum da Comarca de Alenquer.

Curuá(PA), 18 de Novembro de 2015.

SIMONE ZAILANE LOPES FERREIRA
PREGOEIRA
PORTARIA Nº 037/2015 PMC/SEMAPF



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR SOLICITANTE:

1.1. Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, do município de Curuá, estado de Pará.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa para fornecimento de material de armarinho, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

Item	Descrição	Referência	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1.	Acetona para remover esmalte embalagem contendo 1 litro	Unidade	40		
2.	Agulha de crochê para barbante nº 03	Unidade	30		
3.	Agulha de crochê (nº variados)	Unidade	100		
4.	Agulha de mão (tamanhos variados)	Dúzia	06		
5.	Agulha para máquina de costura nº(Variados)	Dúzia	03		
6.	Agulha sem ponta para bordar	Dúzia	06		
7.	Alça para bolsa de bambu	Unidade	60		
8.	Alfinete para costura	Unidade	100		
9.	Alfinete para fraldas	Unidade	150		
10.	Algodão hidrófilo, pacote com 100g	Pacote	40		
11.	Alicate para unha	Unidade	40		
12.	Argolas de acrílico transparente tam. Médio	Unidade	50		
13.	Bacia para manicure em material plástico, tamanho padrão	Unidade	40		
14.	Balão, em látex, decorativos de encher, embalagem com 50 unidades, sortido com cores variadas.	Pacote	50		
15.	Fio Barbante rolo com 4/8 cores diversas	Rolo	20		
16.	Batons em tons suaves	Unidade	10		
17.	Bobina baixa para máquina de costura	Unidade	10		
18.	Bobina alta para máquina de costura	Unidade	10		
19.	Bolsa para viagem em poliéster, tamanho médio	Unidade	60		
20.	Entremeio cores diversas	Unidade	30		
21.	Bordado inglês tipo renda	Peça	30		
22.	Botão para bermuda , tamanho médio, cores diversas	Dúzia	06		
23.	Botão transparente para camisa	Dúzia	30		
24.	Botões de madeira redondo	Unidade	140		
25.	Bonecas em plástico, tipo simples, tamanho aproximado de 20 cm	Unidade	50		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

26.	Carrinhos de brinquedo em material plástico		50		
27.	Cabeças de bonecas	Unidade	50		
28.	Camiseta infantil	Pacote	150		
29.	Carbão para tecido	Dúzia	03		
30.	Carimbos personalizados com até 50 caracteres	Unidade	30		
31.	Carteira feminina em couro sintético, com zíper, tamanho aproximado de 20 cm.	Unidade	30		
32.	Carteira masculina em couro sintético, em duas cores com logo da marca na barra. Composição (interno): 100% policloreto de vinila.	Unidade	30		
33.	Casinha de boneca em madeira, tamanho aproximado de 50 cm	Unidade	02		
34.	Chupeta comum de silicone tamanho de 6 meses a 1 ano	Unidade	150		
35.	Colônia Infantil testada dermatologicamente acondicionado em frascos com no mínimo 220 ml.	Unidade	150		
36.	Condicionador dermatologicamente testado, contendo 100 ml, como nome do fabricante na embalagem, para uso infantil.	Unidade	30		
37.	Conjunto infantil contendo camisa, camiseta e mijão	Conjunto	150		
38.	Cotinho estampas diversas	Peça	40		
39.	Creme dental com flúor contendo 100g.	Dúzia	06		
40.	Creme hidratante corporal - Loção Cremosa hidratante Infantil, testada dermatologicamente, com extrato natural de Aveia, Óleo de Amendoas e Bisabolol, que protege e hidrata a pele mantendo-a macia e perfumada especificações do produto constar no rotulo da embalagem, acondicionado em frascos plásticos com no mínimo 200 ml.	Unidade	30		
41.	Creme para pentear desembaraçante infantil sem enxague testado dermatologicamente, com Bico Dosador acondicionado em frascos com no mínimo 300ml.	Unidade	10		
42.	Cueiro	Pacote	150		
43.	Depósito em vidro de 3 litros, com tampa plástica	Unidade	10		
44.	Elanquinha cores variadas	Metro	100		
45.	Elastico fino, rolo com 50 metros	Rolo	50		
46.	Elastico largo, rolo com 50 metros	Rolo	50		
47.	Elástico para calcinha cores variadas, rolo com 50 metros	Rolo	10		
48.	Enchimento para almofada	Unidade	100		
49.	Enfeite natalino para porta, papai noel barbudo, tamanho aproximado de 28 cm.	Unidade	10		
50.	Enfeite natalino para porta, sino, tamanho aproximado de 28 cm.	Unidade	10		
51.	Enfeite natalino para porta, rena, tamanho aproximado de 28 cm.	Unidade	10		
52.	Festão metalizado para natal 250x20 cm nas cores azul, ouro, verde, vermelho e prata	Unidade	50		
53.	Escova de dente, macia, encartelada individualmente, 120mm comprimento, 13mm de largura da cabeça.	Unidade	150		
54.	Esmalte com 8ml, cores variadas	Unidade	50		
55.	Fechadura para porta em aço com roseta cromada	Unidade	10		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

56.	Feltro cores variadas	Metro	50		
57.	Fio de nylon para punho de rede	Quilo	40		
58.	Fio para overlok cores variadas	Unidade	40		
59.	Fita decorativa de veludo 950 n° 05 peça com 100metros	Unidade	50		
60.	Fitolho cores variadas	Peça	30		
61.	Flores cores variadas	Dúzia	30		
62.	Pacote de fralda branca contendo 10 unidades, do tipo simples	Pacote	120		
63.	Pacote de fralda colorida contendo 10 unidades, do tipo simples	Pacote	120		
64.	Fralda descartável infantil, tamanho G, para crianças de 10 a 13 kg. com barreiras antivazamento, camada anti-retorno, fitas adesivas com adesivos termoplásticos, elásticos nas laterais.	Pacote	50		
65.	Fralda descartável infantil, tamanho M, para crianças de 5 a 9 kg, com barreiras antivazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplásticos, elásticos nas laterais.	Pacote	50		
66.	Fralda descartável infantil, tamanho P, para crianças até 5 kg, com barreiras antivazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplásticos, elásticos nas laterais.	Pacote	50		
67.	Gorro de papai noel, na cor vermelho, tamanho padrão.	Unidade	50		
68.	Prendedor de cabelo em material plástico, tipo grampo, cores sortidas.	Unidade	60		
69.	Kits perfumes dermatologicamente testado, contendo 100 ml, com o nome do fabricante na embalagem.	Unidade	60		
70.	Lã fina cores variadas	Pacote	30		
71.	Lenço de tecido	Caixa	10		
72.	Lenço umedecido para bebês. Embalagem com 75 unidades de 19,5cm X 11,5cm.	Pacote	150		
73.	Lençol infantil medindo 100x140cm, com no mínimo 60% algodão, com elástico, com motivos infantis.	Unidade	150		
74.	Linha de costura tubo grande cores variadas	Unidade	15		
75.	Lixa para manicure/pedicure	Unidade	40		
76.	Luva infantil	Par	150		
77.	Macacão infantil, regata, 100% algodão, tamanho G,	Unidade	50		
78.	Macacão infantil, regata, 100% algodão, tamanho M,	Unidade	50		
79.	Macacão infantil, regata, 100% algodão, tamanho P,	Unidade	50		
80.	Mamadeira tipo chuquinha de 50ml com bico de látex atóxico	Unidade	150		
81.	Manta acrílica	Unidade			
82.	Manta infantil	Unidade	150		
83.	Meia infantil	Par	150		
84.	Miçangas cores variadas	Quilo	10		
85.	Museline cores variadas	Unidade	50		
86.	Óleo de máquina tipo lubrificante multiuso, embalagem com 100ml	Unidade	05		
87.	Óleo hidratante corporal de amêndoas, embalagem com 200ml.	Unidade	10		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

88.	Olhinho para bichinhos	Unidade	200		
89.	Olhinho para bonecas	Unidade	200		
90.	Tecido Oxiford em peça, cores variadas	Peça	50		
91.	Tecido Oxiford quadriculado em peça, cores variadas	Peça	50		
92.	Palito para manicure	Unidade	40		
93.	Penso	Unidade	150		
94.	Peróla tamanho diverso	Pacote	06		
95.	Plástico para mesa transparente e estampado	Metros	30		
96.	Purpurina	Unidade	50		
97.	Quadro/ fixar aviso	Unidade	04		
98.	Linha de nylon pra crochê, tubo grande, cores variadas	Unidade	40		
99.	Rendas diversas	Rolos	30		
100.	Sabonete em barra para uso adulto 50g	Dúzia	30		
101.	Sabonete infantil dermatologicamente testado, em barra, como nome do fabricante na embalagem, para uso infantil.	Unidade	150		
102.	Sacaria de sarrapilha com brilho	Unidade	60		
103.	Sapatinho infantil	Par	150		
104.	Serrinha para unha	Unidade	40		
105.	Shampoo Infantil vitaminado com sua Formula Suave PH Neutro para todos os tipos de cabelos, que não irrite os olhos acondicionado em frascos plásticos com Bico Dosador, com no mínimo 500 ml. Especificações constar no rotulo da embalagem.	Unidade	20		
106.	Sombrinhas tipo guarda-chuva com bengala, na cor preto, longo com abertura manual, cabo plástico rígido, haste de alumínio, 8 varetas, tecido poliamida	Unidade	60		
107.	Talco infantil, dermatologicamente testado, como nome do fabricante na embalagem, contendo 100 ml, para uso infantil.	Unidade	150		
108.	Tecido em sarrapilha crua em metro	Metro	20		
109.	Tecido tricolore cores variadas	Peça	07		
110.	Tecido brim fino cores variadas	Peça	08		
111.	Tecido brim fino estampa variado	Peça	07		
112.	Tecido de algodão cores variadas	Peça	10		
113.	Tecido de algodão cru fino e grosso	Peça	08		
114.	Tecido de brim grosso para rede cores diversas, peça com 50 m	Peça	10		
115.	Tecido tipo Cotinho, cores variadas	Metro	100		
116.	Tecido em cetim sem elastano em peça, cores diversas	Peça	10		
117.	Tecido de sacaria cores diversas	Peca	08		
118.	Tecido de xita várias estampas infantil	Peça	10		
119.	Tecido em Tectel cores variadas	Metro	100		
120.	Tecido etamine cores diversas	Peça	07		
121.	Tecido jeans simples azul	Peça	05		
122.	Tecido para camisinha de bebê cor branco	Peça	07		
123.	Tecido tricolore estampado	Peça	04		
124.	Tecido tricolore quadriculado	Peça	04		
125.	Tecido vagonite cores diversas	Peça	03		
126.	Tecidos de meia	Metros	50		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

127.	Tecido morim	Metros	100		
128.	Tesourinha de unha em aço	Unidade	40		
129.	Tiaras	Unidade	60		
130.	Tinta guache, potes plásticos com 250 ml cada, nas cores: branco, preto, vermelho, verde, azul e amarelo. Igual quantidade de cada cor.	Unidade	102		
131.	Tinta para Tecido, 370 ml, cores variadas	Unidade	240		
132.	Tintas acrípulf amarelo e verde	Caixa	12		
133.	Toalha de mesa tipo plástico estampado com motivos de cozinha e frutas em metro	Metro	40		
134.	Toalha infantil, felpuda, 100% algodão, com capuz.	Unidade	150		
135.	Toalha lisa para rosto, 100% algodão com aproximadamente 0,88 x 0,50 cm, contendo espaço para bordar ponto cruz.	Unidade	40		
136.	Toalha lisa para banho, felpuda, 100% algodão, com aproximadamente 1,40 x 0,70 cm.	Unidade	20		
137.	Touca infantil nas cores amarelo, azul, branco, rosa e verde.	Unidade	150		
138.	Vaso em material plástico, tamanho médio	Unidade	03		
139.	Zíper de 15 cm cores variadas	Unidade	20		

28

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A necessidade da aquisição de material de armarinho para executar as atividades de rotina, torna-se imprescindível a aquisição dos itens discriminados no termo de referência, evitando assim a ruptura nos trabalhos dessa Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

4. LOCAL DE ENTREGA:

4.1. Todos os produtos que são objeto desta licitação deverão ser **entregues no Município de Curuá, ou seja, no local de armazenamento discriminado na requisição expedida pelo setor competente**

5. MÉTODOS DE SUPRIMENTO:

5.1. O fornecimento dos itens objeto desta licitação será de forma imediata a contar da data correspondente à requisição expedida pelo setor competente. Todos os produtos que são objeto desta licitação deverão ser **entregues no Município de Curuá, ou seja, no local de armazenamento discriminado na requisição expedida pelo setor competente.**

5.2. Os produtos entregues deverão ter prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de fabricação;

5.3. Os produtos entregues deverão ter data de fabricação com no máximo 90 (noventa) dias antes da entrega.

5.4. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa, por escrito, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data fixada para a entrega;

5.5. A comprovação da força maior não eximirá a empresa da obrigação de ressarcir a SEMTRAS, no valor correspondente aos custos que vier a ter para suprir as necessidades administrativas de suas unidades, até o fornecimento dos produtos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

- 5.6. Os produtos deverão ser fornecidos de forma a permitir completa segurança durante o transporte, correndo por conta da empresa os custos correspondentes;
- 5.7. Em caso de recusa dos produtos, por discrepância com objeto licitado, a empresa terá prazo de 01(um) dia útil para providenciar a substituição, sob pena de incidir nas sanções administrativas previstas.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 08.122.0003.2.012 – Manutenção das atividades da SEMTRAS
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.122.0003.2.017 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.241.0003.2.019 – Ação de Proteção ao Idoso
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.242.0003.2.020 – Ação de Proteção ao deficiente
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.022 – Ação de proteção a criança
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.023 – Ação de proteção a criança e adolescente
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.024 – Programa de Ação Integrada de Inclusão
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.026 – Programa de Atenção Integral a Família -PAIF
08.244.0003.2.027 – Projovem adolescente
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.028 – Centro de referência de assistência social - CRAS
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.029 – Programa de atenção a grávidas
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

7. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 7.1. Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com a especificação descrita no termo de referência.
- 7.2. A mercadoria será recebida provisoriamente, por servidor ou comissão designada para esse fim, no local indicado no item 4, impreterivelmente, no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h, horário Local, de segunda a sexta-feira em dias úteis;
- 7.3. Após verificado o quantitativo e a equivalência dos materiais entregues com as especificações exigidas no certame e, também, com a proposta de preço apresentada pela empresa vencedora, será feito o recebimento definitivo do material.

8. DEVERES DO CONTRATANTE:

- 8.1. Emitir Nota de Empenho;
- 8.2. Informar ao contratado sobre a emissão da mesma;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

8.3. Propiciar à empresa o acesso aos locais onde os materiais serão entregues, em horário adequado e no tempo necessário para o seu cumprimento, conforme itens 4 e 5 deste Termo de Referência;

8.4. Permitir acesso dos empregados da empresa, devidamente identificados, às suas dependências para execução do objeto deste Termo de Referência;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa;

8.6. Notificar, por escrito, a constatação de quaisquer irregularidades verificadas durante o fornecimento da empresa;

8.8. Atestar a Nota Fiscal, apresentada pela contratada após conferir se o material entregue corresponde à especificação descrita nos itens do termo de referência;

8.9. Efetuar o pagamento de acordo com a Nota fiscal emitida pela contratada, conforme Lei nº 8.666/93. art. 5º, parágrafo 3º, com concordância do art. 40, XIV.

9. DEVERES DO CONTRATADO:

9.1. Acusar o recebimento da Nota de Empenho;

9.2. Entregar o material no prazo, no local e nas condições exigidas neste Termo de Referência;

9.3. Efetuar a troca ou substituição do produto que se encontrar diferente ao aqui descrito; deverá ser substituído sem quaisquer ônus adicionais para a administração;

9.5. Na entrega do material, emitir Nota Fiscal com a mesma descrição constante na Nota de Empenho;

9.6. A empresa contratada também se responsabilizará por perdas eventualmente causadas por empregados ou prepostos, a bens e ou equipamentos de propriedade da CONTRATANTE ou TERCEIROS, durante a entrega do material;

10. DAS PENALIDADES:

10.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa vencedora às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da empresa vencedora, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.2. Multa de:

10.1.2.1. 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

10.1.2.2. 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

10.1.2.3. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

10.1.2.4. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

10.1.2.5. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

10.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

10.3. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa vencedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social;

10.4. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar a ata, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar

documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

10.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

10.6. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado preferencialmente mediante emissão de ordem bancária, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento do material e apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. A responsabilidade pela Contratação dos objetos do presente certame será da Prefeitura Municipal de Curuá, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

Curuá - Pará, 18 de Novembro de 2015.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO II
DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO

Declaramos pleno atendimento aos requisitos de habilitação para o **PREGÃO nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ARMARINHO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I do edital.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do Representante
(Carimbo com CNPJ da empresa)

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal, em folha de papel timbrado. Apresentar fora dos 02(dois) envelopes, no credenciamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos sob pena da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016– PMC/SEMTRAS, junto a Prefeitura Municipal de Curuá, que a Empresa..... inscrita no CNPJ sob o n.º, até a presente data não recebeu deste ou de qualquer outro órgão da Administração Pública SUSPENSÃO ou declaração de INIDONEIDADE, para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, ou Municipal e do Distrito Federal, não havendo assim FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO da mesma, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura
Nome do Representante
(Carimbo com o CNPJ da empresa)

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal em folha de papel timbrado. Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação para habilitação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 7º INCISO XXXIII da
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos sob a pena lei, e para fins de participação no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2016 – PMC/SEMTRAS, junto a Prefeitura Municipal de Curuá, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menor de 18 anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuído ainda, qualquer trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme determina a Constituição Federal no seu artigo 7º, Inciso XXXIII.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura
Nome do Representante
(Carimbo com CNPJ da empresa)

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal em folha de papel timbrado. Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação para habilitação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME ou EPP

(nome/razão social) _____
inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr(a) _____,
portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob nº _____

---DECLARA, para fins do disposto no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, e tendo interesse em se beneficiar dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do Representante
(Carimbo com CNPJ da empresa)

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal em folha de papel timbrado. Apresentar fora dos 02(dois) envelopes, no credenciamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 9º DA LEI 8.666/93

Declaramos sob a pena lei, e para fins de participação no PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, junto a Prefeitura Municipal de CURUÁ, que a Empresa.....inscrita no CNPJ sob o n.º....., NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL, SERVIDORES PÚBLICOS OU DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE contratante responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da lei 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura
Nome do Representante

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal.
Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação para habilitação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório, PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2016 – PMC/SEMTRAS, junto a Prefeitura Municipal de CURUÁ, que tomamos conhecimento de todas as informações, para cumprimento das obrigações, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto da licitação.

Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura
Nome do Representante Legal

Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO VIII
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o (a) Sr (a) (nome do representante), portador (a) de Cédula de Identidade nº (número), e do CPF nº (número) a participar do PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, instaurado pela Prefeitura Municipal de CURUÁ - PA, na qualidade de representante da empresa _____(nome da empresa) inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº /..... - , outorgando à pessoa acima qualificada, amplos e gerais poderes para formular propostas verbais, acordar, discordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes a esta empresa, recorrer ou renunciar ao direito de recurso, em todas as fases, podendo, ainda, praticar todos os outros atos pertinentes ao presente certame licitatório, inclusive a interposição de recursos administrativos. Declaro, também, estar ciente de que esta empresa responderá, tanto na esfera administrativa como na judicial, por todos os atos que venham a ser praticados pelo (a) representante ora nomeado (a).

CURUA (PA),de de 2015.

Nome e Assinatura do Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ter o reconhecimento de firma do subscritor em Cartório Apresentar fora dos 02(dois) envelopes, no credenciamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º XXX/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016-PMC/SEMTRAS

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
_XX/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CURUÁ ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DO
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, PARA
FORNECIMENTO DE MATERIAL DE
ARMARINHO NA FORMA ABAIXO.**

I. PARTES

CONTRATANTE

O MUNICÍPIO DE CURUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.095.721/0001-01, sediado à Rua 03 de dezembro, nº307 – Santa Terezinha – CEP: 68.210-000, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela **Sra.**, secretária municipal de saúde.

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX – Bairro XXXXXXXX – CEP: XXXXXX – XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu Sócio o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal), portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX – XXX/XX e CPF. Nº XXX.XXX.XXX-XX.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, as partes anteriormente individuadas e devidamente qualificadas, resolvem, consoante a autorização exarada nos autos do PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, pactuar o presente instrumento contratual que será em tudo regido pelas cláusulas que aceitam e mutuamente se outorgam:

O Contrato obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão Lei Federal nº 10.520/2002, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555 de 09/08/2000 e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/06, com as devidas alterações e demais normas pertinentes, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

1- DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ARMARINHO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I do edital.

1.1 - É vedado à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, bem como sua associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, fusão, cisão ou incorporação.

2 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do fornecimento observará o previsto no Art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

3 - DO PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ **X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, valor global de cujas parcelas serão feitas de acordo com os quantitativo solicitados pela Secretaria em epígrafe, para o exercício de 2016.

4 - DA DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes para a presente contratação, objeto desta licitação, correrão à conta das dotações orçamentárias a seguir:

- 08.122.0003.2.012 – Manutenção das atividades da SEMTRAS
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.122.0003.2.017 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.241.0003.2.019 – Ação de Proteção ao Idoso
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.242.0003.2.020 – Ação de Proteção ao deficiente
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.022 – Ação de proteção a criança
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.023 – Ação de proteção a criança e adolescente
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.243.0003.2.024 – Programa de Ação Integrada de Inclusão
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.026 – Programa de Atenção Integral a Família -PAIF
- 08.244.0003.2.027 – Projovem adolescente
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.028 – Centro de referência de assistência social - CRAS
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 08.244.0003.2.029 – Programa de atenção a grávidas
- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo



5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ocorrerão somente em decorrência das obrigações assumidas por emissões de requisições dos produtos e serão efetuados em até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal.

5.1 - A CONTRATADA apresentará ao **GESTOR** documento fiscal específico referente ao objeto do certame, sendo que estes deverão ser entregues até o dia 20 de cada mês.

5.2 - O GESTOR terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

5.3 - O documento fiscal não aprovado pelo **GESTOR** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

5.4 - A devolução do documento fiscal não aprovado pelo **GESTOR**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução do contrato.

5.5 - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de qualquer débito para com o **CONTRATANTE**.

6 - DA REVISÃO

O presente contrato poderá ser revisto, nos termos do Art. 65, da Lei n ° 8.666/93.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do presente contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a envidar todo o empenho e dedicação necessária ao seu fiel e adequado cumprimento, obrigando-se ainda a:

- a) comunicar, formal e imediatamente, ao **GESTOR** eventuais ocorrências anormais verificada na execução do fornecimento, no menor espaço de tempo possível;
- b) recrutar em seu nome, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução do fornecimento, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;
- c) atender, com a diligência possível, as determinações do **GESTOR**, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas;
- d) indenizar o **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados às instalações, móveis, utensílios, equipamentos e acessórios, por seus empregados, ficando este autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.
- e) cumprir todas as exigências do Edital e seus anexos.
- f) Entregar os produtos.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Na execução do objeto do presente contrato, caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) notificar, por escrito, à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades encontradas na execução do fornecimento;
- b) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

c) participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade no momento da entrega.

9 - DA RESPONSABILIDADE POR ENCARGOS

A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução do presente contrato e ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da **CONTRATADA**, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

9.1 - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos especificados nesta cláusula, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

10 - DA EMISSÃO DE REQUISICÕES E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA:

A emissão de requisições e fiscalização na entrega será expressamente acompanhada e fiscalizada pelo gestor da Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social, pelo ordenador de despesa, designados pelo **GESTOR** do contrato, cabendo a eles:

- a) emitir as requisições para a retirada do objeto desta licitação.
- b) solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da entrega.
- c) documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**.
- d) emitir pareceres em todos os atos do **CONTRATANTE** relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções ou revisão do contrato.
- e) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer exigência sua relativa às obrigações contratuais.

10.1 - É vedado ao **CONTRATANTE** e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

10.2 - A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.3 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

11 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

O local, prazo e condições de entrega do produto serão os mesmos previstos no instrumento convocatório e no anexo I – Termo de Referência do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS.



12 - DA RESCISÃO

Constituem motivo para a rescisão do presente contrato as hipóteses previstas no Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

13 - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, de logo, o direito do **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas prevista no Art. 80, da Lei nº 8.666/93.

14 - DAS SANÇÕES:

Na hipótese de descumprimento por parte da **CONTRATADA** das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:

- a) advertência, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;
- b) multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato devidamente atualizado, quando deixar de cumprir, no todo ou em parte qualquer das obrigações assumidas;
- c) multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, na hipótese de, já tendo a **CONTRATADA** sofrido punição na forma prevista na alínea anterior, vir ela a cometer nova infração, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** por até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

14.1 - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a **CONTRATADA**.

14.2 - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.

15 - DA LICITAÇÃO

Para a presente contratação, foi realizada licitação na modalidade Pregão Presencial registrado sob o nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS.

16 - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato e o início do fornecimento do produto serão de XX/XX/2016 à XX/XX/2016, podendo ser prorrogado após manifestação das partes envolvidas, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos e autorizados pela na Lei Federal nº 8.666/93.

17 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO X
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016– PMC/SEMTRAS

OBJETO: **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ARMARINHO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I do edital.

A Empresa _____ CNPJ nº _____, apresenta PROPOSTA COMERCIAL, para a licitação em epígrafe, de acordo com o estabelecido no Edital e seus anexos, conforme segue:

(Formular Tabela)

ITEM / DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO/ MARCA / UND. DEMEDIDA / VALIDADE/ QUANT. / VR. UNIT.(\$/ / VALOR TOTAL(\$)

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proposta atende a todos os requisitos constantes do Edital de Pregão Presencial nº 002/2016– PMC/SEMTRAS e ainda que:

a) O prazo de validade de 60 (sessenta) dias;

b) Os dados bancários são:

Banco _____

Agencia _____

Conta _____

c) O prazo de entrega do objeto proposto será de 05 (cinco) dias, após o recebimento da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

d) estão inclusos no preço todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como fretes, seguros e embalagens.

..... de de

Nome e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO XI
SUGESTÃO MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa....., inscrita no CNPJ....., localizada à Rua....., nº....., bairro....., neste município, já forneceu os produtos objeto do presente edital..... (especificar o material ou serviço), atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos produtos fornecidos, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade.

Local e data

Assinatura do Representante
Nome do Representante
Nome da empresa/CNPJ

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal.
Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO XII

**DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE DO PRODUTO
OFERTADO**

_____ (empresa) CNPJ/MF _____,
situada à _____, por meio de seu representante legal ao
final assinado, declara assumir inteira responsabilidade de prestar o produto ofertado
descrito em nossa proposta de preços ao Pregão Presencial nº _____.

Declaramos ainda, que por motivo de força maior e caso fortuito, ou
ausências de culpa de nossa parte, devidamente comprovada, em fornecer o produto
ofertado, submeterão a apreciação do Setor competente, novo produto igual ou equivalente,
atendendo aos preços contatados, desde que aceito pela Administração.

Por derradeiro, que pelo descumprimento total ou parcial da execução do
objeto do Pregão, suportaremos todas as consequências legais, inclusive com a inexecução
do Contrato.

Localidade, _____ de _____ de _____.

Representante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO XIII

Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Declaro, para fins de participação no Pregão Presencial nº. 002/2016 – PMC/SEMTRAS, que o Senhor _____, Representante devidamente constituído, indicado pela empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____ (endereço completo), na cidade de _____, para fins do disposto no Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a. A proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS foi elaborada de maneira independente (pelo concorrente), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, quanto a participar ou não do referido pregão;
- d. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS, quanto a participar ou não do referido pregão;
- e. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 002/2016 – PMC/SEMTRAS não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Curuá antes da abertura oficial das propostas;
- f. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Curuá - PA, ____ de _____ de 2015.

Assinatura e carimbo
(Representante da empresa)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.613.319/0001-55